

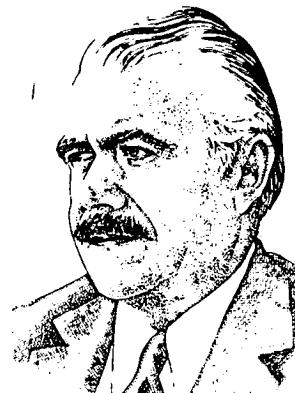
Sarney procura tranquilizar ministros e parlamentares

18

por Sylvio Costa
de Brasília

O presidente José Sarney reuniu ontem no Palácio da Alvorada alguns de seus principais ministros com vários congressistas para tranquilizá-los quanto aos rumos da economia. Em uma longa exposição, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, procurou mostrar que, ao contrário do que se tem propalado, o Brasil não caminha para a argentinização nem a hiperinflação é um desdobramento inevitável da atual crise econômica. Para tanto, segundo o porta-voz presidencial Carlos Henrique dos Santos, Sarney pregou "o enfrentamento solidário das dificuldades, inclusive com a repartição das responsabilidades entre Executivo e Legislativo".

Um dos participantes do encontro, o presidente do Senado Federal, Nelson Carneiro, disse que esta foi, embora em caráter informal, a primeira reunião do Conselho da República,



José Sarney

criado pela Nova Constituição e ainda não regulamentado, ao qual compete "pronunciar-se sobre intervenção federal, Estado de Defesa, Estado de Sítio e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas" (artigo 90). "Órgão superior de consulta do presidente da República", dele devem fazer parte, segundo o texto constitucional, o vice-

presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, os líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado e "seis brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade", dois deles escolhidos pelo presidente, dois eleitos pela Câmara e dois eleitos pelo Senado. Também podem ter assento às suas reuniões quaisquer ministros, desde que conste "da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério".

Foram duas horas e meia de discussão no Alvorada, da qual participaram os presidentes do Senado e da Câmara; os líderes do PMDB e do PFL nas duas casas; o líder governista na Câmara, e os ministros da Fazenda, do Planejamento, da Justiça e do Serviço Nacional de Informações. Segundo Carlos Henrique, "o presidente manifestou mais do que o interesse, a necessidade de surgirem do Congresso propostas para que o Go-

verno as submeta ao exame técnico da área econômica, com a maior boa vontade política". Ele completou: "Estamos completando um projeto de transição econômica num quadro de dificuldades econômicas, o que exige o empenho não só do presidente ou do Governo, mas também dos políticos, das forças produtivas e do conjunto da sociedade".

Tanto Carneiro quanto Carlos Henrique asseguraram que, durante as discussões, não se falou em pacote ou em decretar um novo choque econômico, mas só em ajustes a serem adotados "no momento certo". "Estamos voltando à prática democrática e, nela, é natural que o Legislativo participe dos assuntos do Executivo", ponderou o presidente do Congresso, que prometeu continuar buscando um "acordo político" (ele rejeita a expressão *facto social*) para garantir a normalidade constitucional.